

Eles tinham o direito de fazer greve porque não recebiam salário: movimento grevista, sindicato rural e luta de classes na região de Ribeirão Preto – o caso da fazenda São Sebastião do Alto (1955)

Yuri Araujo Carvalho¹

Resumo: O objetivo do artigo será analisar uma greve de curta duração em Ribeirão Preto e seus desdobramentos em meados dos anos 1950, através de uma experiência de luta de classes entre trabalhadores da fazenda “São Sebastião do Alto” – mediados por um recém-criado sindicato rural ligado ao Partido Comunista Brasileiro – e um poderoso latifundiário e especulador, proprietário da referida fazenda. Em meio ao clima de disputas e tensões, o grande proprietário contava não apenas com a proteção das autoridades policiais e judiciárias, mas também com a conivência da imprensa dominante no objetivo de desqualificar os envolvidos na greve e criminalizar suas práticas políticas na sociedade. Por meio do uso de matérias de jornais e relatos orais, o texto aborda um capítulo específico da história dos movimentos de resistência e luta dos trabalhadores rurais no Brasil.

Palavras-chave: Greve rural; luta de classes; Ribeirão Preto.

They had the right to strike because they didn't receive a salary: strike movement, rural union and class struggle in the region of Ribeirão Preto – the case of fazenda São Sebastião do Alto (1955)

Abstract: The objective of the article will be analyzing a short-term strike in Ribeirão Preto and its consequences in the mid-1950s, throughout an experience of class struggle between workers from the “São Sebastião do Alto” farm – mediated by a newly created rural union linked to the Brazilian Communist Party – and a powerful landowner and speculator, owner of the aforementioned farm. Amidst the climate of disputes and tensions, the large landowner counted not only on the protection of the police and judicial authorities, but also on the connivance of the dominant press in order to disqualify those involved in the strike and criminalize their political practices in society. By the use of newspaper articles and oral reports, the text addresses a specific chapter in the history of resistance and struggle movements of rural workers in Brazil.

Keywords: Rural strike; class struggle; Ribeirão Preto.

¹ Graduado em Comunicação Social e História, com especialização *latu sensu* em História, Cultura e Sociedade pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Mestre em História pela UNIOESTE. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá (Ribeirão Preto/SP). E-mail: yuri.araujo@baraodemaua.br

Introdução

Apesar de marcada pela presença hegemônica das grandes fazendas produtoras e exportadoras de café e pela força político-econômica de seus mandatários locais, tanto no campo quanto nas cidades, desde a passagem do Império até a consolidação da República, a história de Ribeirão Preto/SP e sua região também é conhecida por conjuntos de experiências, resistências e lutas sociais de trabalhadores, as quais culminaram em denúncias, paralisações e greves nas áreas de produção agrícola.²

Tais resistências e lutas foram catalisadas, em parte, pelo esgarçamento dos entraves histórico-estruturais existentes no campo brasileiro a partir de meados do século XIX, por sua vez caracterizado pela existência de uma ampla camada de trabalhadores rurais despossuídos e “que se viam na contingência de aceitar mecanismos de vinculação à terra dos grandes latifundiários, através do arrendamento, endividamento, etc.”³ – resultado agravado pelas reformas liberais realizadas no país a partir da segunda metade do referido século, destacando-se o paulatino arrefecimento da escravização (1850-1888) e o estabelecimento do acesso à terra prioritariamente por meio da compra (preconizado pela Lei de Terras de 1850).

Em certos setores rurais mais “avançados” (como os existentes em territórios paulistas), tais estratégias – embora relevantes para a atribuição de valor econômico às terras, para a incipiente expansão da modernização rural e para a substituição da mão-de-obra escravizada por novos sistemas laborais (como o colonato de imigrantes, por exemplo) – não eliminaram certos padrões de vida das classes dominantes rurais, caracterizados pelo prestígio social e pelo

² GARCIA, Maria Angélica M. *Nazareno Ciavatta: uma liderança no sindicalismo rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; WELCH, Clifford. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

³ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 68.

mandonismo.⁴ Tais predicados foram, inclusive, reconhecidos pela Constituição Federal de 1891, a qual, em seu artigo 64, “garantia a transferência das terras públicas para o patrimônio dos estados da federação, dando-lhes a prerrogativa de legislar sobre o tema. Assim, abria-se ao poder local, oligárquico e coronelista, a possibilidade de legitimar suas ações de açambarcamento fundiário”.⁵

Eram criadas, pois, inéditas condições objetivas para o aprimoramento da primitiva acumulação capitalista por intermédio da chamada “vocaçãõ eminentemente agrícola do país”, baseada na produção de mercadorias de realização externa (com especial destaque para o café), situando o Brasil em uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho.⁶ Internamente, presenciava-se a tensa combinação do conservadorismo tradicional brasileiro ao ideário liberal, mobilizados para a consolidação de uma “ordem agrário-conservadora”:

Os pressupostos clássicos do liberalismo – constitucionalismo, representação, divisão dos poderes, alternância política e inclusive o federalismo – são formalmente adotados. Entretanto, reforça-se a dominação sobre os grupos sociais subordinados e consolidam-se os instrumentos de exploração da grande massa de trabalhadores, predominantemente agrários, do país. A federação e a representação local são relidos pela elite política brasileira em sentido regressista, capaz de sustentar por quase quarenta anos, até 1930, um eficiente pacto de governaçãõ oligárquico, estritamente conservador, expresso na política dos governadores e no coronelismo local.⁷

Se durante a Primeira República (1889-1930) houve esporádicas críticas “ao latifúndio e às estruturas agrárias arcaicas dominantes no campo, com algumas propostas de reforma e modernização”, no período que se seguiu da ascensãõ de Vargas em 1930 à política de industrializaçãõ das décadas de 1940 e 1950, não

⁴ CARONE, Edgar. *A República velha*. São Paulo: Difel, 1973; JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁵ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida...* op. cit., p. 76.

⁶ MENDONÇA, Sônia Regina de. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945). *História econômica & história de empresas*, v. 16, n. 1, 2013, p. 79-80.

⁷ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida...* op. cit., p. 79.

houve, de acordo com Ana Maria dos Santos, modificações estruturais nas “bases das relações sociais e de propriedade no campo, visto que o pacto populista que a viabilizava excluía as populações rurais, como penhor do apoio dos grandes proprietários”.⁸

O projeto socioeconômico vigente preconizava a incorporação dos elementos camponeses de forma subordinada e complementar, em um processo denominado “penalização da agricultura”: nele, os trabalhadores do campo não poderiam ser agraciados pelas garantias e exigências da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), “sob risco de inviabilizar o próprio projeto em curso; em suma, o apoio à classe trabalhadora urbana e sua proteção previam a intensificação da produção rural, aumentando as possibilidades de exploração”.⁹

Em reação ao quadro exposto, a contar das décadas de 1940 e 1950, as formas de organização e luta dos trabalhadores rurais, mergulhados em conjunções tensas e eivadas de contradições históricas, ganharam novos capítulos com o fortalecimento do sindicalismo rural.

De acordo com o sociólogo Octávio Ianni, os sindicatos rurais – assim como as “Ligas Camponesas” – surgiram diante do definitivo divórcio entre o lavrador e a propriedade dos meios de produção, ou seja, quando foram rompidas as bases de um certo “universo comunitário”, no qual lavradores, capatazes e fazendeiros apareciam “como membros de um mesmo *nós* coletivo. Isto é, a liga ou o sindicato clarificam as fronteiras reais (econômicas, sociais, culturais, políticas, ideológicas) que dividem o fazendeiro e o trabalhador rural, quando o lavrador se transforma em proletário”.¹⁰

Embora assegurados pela CLT (vigente desde 1943), os direitos trabalhistas nas áreas de produção agrícola não eram, na prática, cumpridos¹¹,

⁸ SANTOS, Ana Maria dos. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil (1950-1964). *Revista Tempo*, v. 7, 1999, p. 30.

⁹ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida...* op. cit., p. 112.

¹⁰ IANNI, Octávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 124.

¹¹ O cumprimento da Consolidação era dificultoso, em parte, pelas incongruências de seu texto. No artigo 7º, Título I, o texto da CLT declarava que os preceitos ali constantes não se aplicariam “aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução

deixando os trabalhadores rurais alheios às garantias do Estado – e, mais do que isso, submetidos aos mandos e desmandos dos grandes latifundiários.¹² Havia, ainda, alguns paradoxos na legislação, referentes ao fomento de sindicatos no campo:

Os direitos dos trabalhadores rurais assegurados pela CLT estavam expressos no artigo 76 (extensão do salário mínimo ao trabalhador rural), nos artigos de 129 a 143, referentes às férias remuneradas, no artigo 487 (aviso prévio), no artigo 57 (horas-extras). Outra lei que garantia direitos aos trabalhadores rurais era a Lei nº 605, de 5/1/1949, referente ao descanso semanal remunerado e regulamentada pelo Decreto nº 27.048, de 12/8/1949. Com relação à organização sindical, o Decreto-lei nº 7.038, de 10/11/1944, tornava lícita a criação de sindicatos, porém a Portaria Ministerial nº 14, de 19/3/1945, que regulamentou o decreto, não elaborou o quadro de atividades e profissões no campo, o que serviu como artifício para a negação sistemática da carta sindical às entidades requerentes.¹³

Se a CLT assegurava certos direitos aos trabalhadores rurais, também criava sérios entraves às organizações sindicais, visto que a legislação corporativista do Estado Novo (1937-1945) gerava forte instabilidade para a existência de tais associações. Mesmo o decreto-lei nº 9070/46 – o qual reconhecia o direito de greve e que acabou sendo incorporado à Constituição de 1946 – continuaria por longo tempo a ser desrespeitado pelas autoridades do Estado (jurídicas, administrativas, policiais) e pelos agentes ligados ao latifúndio, especialmente no interior do país, onde grassavam vários casos de expulsão de famílias posseiras e o assassinato de assalariados e camponeses.¹⁴

dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais”. In: BRASIL. *Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 01 jul. 2022. No entanto, em seu artigo 13º, Título II, a CLT também estabelecia “a obrigatoriedade da carteira de trabalho para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural e ainda que em caráter temporário”. In: LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida...* op. cit., p. 128.

¹² SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 22.

¹³ GARCIA, Maria Angélica M. *Nazareno Ciavatta...* op. cit., p. 35-36.

¹⁴ WELCH, Clifford. *Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. Lutas e resistências*. Londrina, v. 1, 2006,

Todavia, os debates acerca das “questões agrárias” tornaram-se mais intensos no Brasil depois de 1945 – muito por conta dos efeitos simultâneos causados pelo fim do Estado Novo varguista, pelo término da II Guerra Mundial e pelas reordenações do capitalismo ocidental com o advento da Guerra Fria. Em um contexto histórico no qual algumas reivindicações da classe operária brasileira foram incorporadas pelo Estado e no qual as entidades organizativas e de representação política dos trabalhadores urbanos (partidos e sindicatos) passaram a exercer maiores pressões de ordem político-jurídica sobre os governos e as classes dominantes, movimentos sociais não menos significativos (e com maior grau de tensão social) foram protagonizados no campo entre as décadas de 1940 e 1960, sendo boa parte deles organizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em defesa dos direitos trabalhistas, da reforma agrária radical e da derrubada do governo.¹⁵

Para o PCB, o “camponês” era um elemento constitutivo da classe trabalhadora e deveria ser mobilizado/organizado em conjunto com os operários urbanos. Entre 1954 e 1964, o partido publicou o jornal “Terra Livre”, impresso de circulação nacional redigido para “identificar os problemas dos trabalhadores rurais e mobiliza-los para reivindicar soluções frente às autoridades”, além de ter coordenado, em 1954, a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), cujos organizadores militaram pela estruturação de sindicatos e associações classistas, onde “lutaram para fazer efetiva a extensão das leis trabalhistas para os camponeses e fizeram pressão para a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em junho de 1963”.¹⁶

p. 62; LIMA, Airton Souza de. *Vítimas do ódio: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista (1945-1958)*. Marília, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP.

¹⁵ MEDEIROS, Leonilde S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989; COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, p. 31-32.

¹⁶ WELCH, Clifford. *Movimentos sociais no campo...* op. cit., p. 61.

Nessa mesma conjuntura, nasceu o sindicato rural em Ribeirão Preto. Constituindo-se, na região¹⁷, como uma das pioneiras experiências de sindicalismo em defesa de colonos, meeiros e demais trabalhadores rurais – região, aliás, de maior concentração de tais segmentos no Estado de São Paulo –, este sindicato logo viu-se às voltas com denúncias endereçadas a grandes proprietários da região, envolvendo casos de descumprimento das leis, ameaças (ou práticas efetivas) de violência, assim como reivindicações e pressões externadas pelos próprios trabalhadores. Por sua vez, a fração agrária das classes dominantes ribeirão-pretanas buscava conter as denúncias de trabalhadores e os avanços sindicais, rearticulando-se, sempre que necessário, com as autoridades públicas municipais e estaduais e, não menos importante, contando com fartos espaços nas páginas de jornais e revistas locais.

De tal modo, as análises doravante realizadas dialogarão com o conceito gramsciano de “Estado ampliado”, o qual engloba “não apenas as iniciativas do Estado restrito (ou sociedade política), mas também sua necessária relação com a sociedade civil, espaço de construção/organização das ‘vontades coletivas’”.¹⁸

Álvaro Bianchi alerta-nos sobre os cuidados em relação às definições concisas de “Estado ampliado” (Estado = sociedade política + sociedade civil; Estado integral = ditadura + hegemonia). Tais fórmulas podem ser consideradas válidas por apresentarem a existência de um Estado complexo (ou seja, não reduzido aos seus aparelhos coercitivos) e corresponsável pela construção do consenso; no entanto, o enrijecimento de tais definições pode gerar excessivas simplificações ou confusões.¹⁹ De acordo com Guido Liguori:

Nos cadernos, a reflexão gramsciana sobre a “ampliação do conceito de Estado” ou “Estado integral” é, na verdade, a

¹⁷ Região conhecida como “Alta Mogiana” e que compreendia, no período, outros municípios como Franca, São João da Boa Vista, Igarapava, Batatais, Morro Agudo, Sertãozinho, Pontal e Altinópolis.

¹⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e políticas agrícolas na historiografia brasileira (1930-1964). In: *Simpósio nacional de história [ANPUH]*, Natal, 2013, p. 4. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363459588_ARQUIVO_trabalho_SONIAMEN_DONCA_ST118.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

¹⁹ BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 176.

redefinição de uma teoria política marxista. Com isso, ele não só supera o reduzido instrumentalismo, que era também de certo modo de Marx, “[...] cujo Estado é um instrumento nas mãos de uma ‘classe sujeito’ dotada de vontade [...]”, mas redefinindo a forma de Estado. Indicando-o também como aparato hegemônico, Gramsci pôde afirmar ainda que “[...] o Estado deve ser também entendido como um outro aparelho que governa o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”. É por isso que Gramsci fazia referências infinitas em seus *Cadernos* sobre a “unidade orgânica” entre Estado e sociedade civil.²⁰

Tal ampliação abarcará, por conseguinte, a própria agricultura, compreendida em seus aspectos integrais (econômicos, sociais, políticos etc.), perceptíveis na organização social dos trabalhadores rurais, nos mecanismos (estatais e/ou civis) de controle e subordinação das coletividades, na atuação de “aparelhos privados de hegemonia” responsáveis pelas batalhas por “corações e mentes”, entre outros. Amparados por tais perspectivas, seguiremos na análise de uma greve ocorrida na fazenda “São Sebastião do Alto” em 1955.

Greve rural e (assimétricas) disputas políticas

Certa vez os trabalhadores da fazenda São Sebastião do Alto vieram ao sindicato e me falaram da miséria, que suas casas pareciam chiqueiros de porco, chovia dentro... Eu disse a eles que o sindicato tentaria ajudar, mas eles acharam que a providência seria fazer greve. Eu recomendei que eles falassem com o fazendeiro. [...] Não propus greve porque sabia que era perigoso. Até o sindicato poderia ser fechado. Eu alertei que se eles fizessem greve a primeira coisa que iria acontecer era a polícia prender todos. Eles responderam que não tinham medo porque já estavam com a corda no pescoço. Eu recomendei então que eles se organizassem. Dois meses depois voltaram e disseram que estavam preparados para a greve e que não haviam falado com o fazendeiro, porque ele andava com um 38 na cinta. Eu era presidente do sindicato. Eles tinham o direito de fazer greve porque não recebiam salário.

²⁰ LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. *Revista Novos Rumos*, ano 21, n. 46, 2006, p. 6.

O texto acima faz parte da narrativa oral de um antigo líder sindical que, no dia 31 de março de 1990, concedeu entrevista a Luiz Flávio Carvalho Costa, então doutorando em História Econômica e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Segundo ele, trabalhadores da fazenda “São Sebastião do Alto”, vendo-se explorados pelo patrão, procuraram um sindicato (e o referido sindicalista) para defender seus direitos e buscar o aparato jurídico-legal que lhes permitisse deflagrar uma greve.²¹

O líder sindical era Nazareno Ciavatta²², importante protagonista da organização político-sindical rural na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, entre 1954 e 1957. Ali, foi corresponsável pela fundação, em janeiro de 1955, do “Sindicato dos Trabalhadores Assalariados e Colonos Agrícolas de Ribeirão Preto” (STACARP), tendo sido, também, seu primeiro presidente.

Em 24 de março de 1955, o jornal ribeirão-pretano “Diário da Manhã”²³ publicou informações sobre o irrompimento de uma greve, no dia anterior, por parte de um grupo de trabalhadores (meeiros e colonos) da mencionada fazenda, propriedade agrícola de Quintino Facci.²⁴ Próspero latifundiário, tendo sido, também, empresário no ramo da especulação imobiliária urbana, Quintino Facci – o homem que carregava um “38 na cinta” – tornou-se importante membro das classes dominantes ribeirão-pretanas a contar da década de 1950.

Poucas são as informações disponíveis a respeito de sua vida pessoal. Além das que o relacionam ao episódio da greve, o que se tem conhecimento são

²¹ COSTA, Luiz Flávio C. Prática política no campo: uma experiência da militância comunista (entrevista com Nazareno Ciavatta). *Estudos, Sociedade e Agricultura*, v. 5, 1995, p. 94.

²² Filho de colonos, Nazareno Ciavatta nasceu na fazenda Dumont, em 8 de abril de 1911. Após ter exercido as funções de volante e sitiante nos anos 1930 no distrito de Dumont, destacou-se como militante do PCB, partido com o qual estabeleceu contatos mais profícuos e ingressou em suas fileiras na década de 1940, quando trabalhava na capital paulista – ali permanecendo até o início dos anos 1950. In: GARCIA, Maria Angélica M. *Nazareno Ciavatta...* op. cit., p. 13-20; WELCH, Clifford. *A semente foi plantada...* op. cit., p. 24-25.

²³ Em meados da década de 1950, os jornais ribeirão-pretanos “A Tarde” e “Diário da Manhã” pertenceram a Antônio Machado Sant’Anna, influente jornalista, político e empresário defensor de pautas anticomunistas, municipalistas e agraristas (portanto, de forte teor conservador).

²⁴ TRABALHADORES AGRÍCOLAS EM GREVE. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 24 mar. 1955.

notícias publicadas em jornais nos anos 2000 envolvendo uma briga fratricida, a sua própria morte e a estranha divisão de seus espólios.²⁵

Por sua vez, os trabalhadores mencionados pela reportagem jornalística eram os mesmos que haviam procurado o então presidente do sindicato rural Nazareno Ciavatta, reivindicando o direito de realizarem uma greve e dizendo não terem medo “porque já estavam com a corda no pescoço”. Mesmo não seguindo a orientação do líder sindical – mas contando com a cobertura da entidade – eles decidiram deflagrar o movimento grevista noticiado pelo “Diário da Manhã”. Muito por conta, também, de o contexto ser desolador e violento para os trabalhadores rurais:

[...] Naquele tempo a miséria era muito grande. Os fazendeiros pagavam a metade dos salários de lei, de modo que a miséria era terrível. Sofriam mais aqueles que não trabalhavam em fazendas de café: meeiros, parceiros, camaradas, peões, vaqueiros. Trabalhavam 10, 11, 12 horas por dia pela metade do salário. Não havia lei [...].²⁶

Mesmo estando física e economicamente submetidos aos mandos e desmandos dos grandes fazendeiros – entre 1957 e 1958, respectivamente, 84,13% e 75,13% dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto residiam no campo²⁷ –, eles encontraram na atuação sindical um meio para contornar os embates face-a-face e exigir o atendimento de seus direitos trabalhistas. Tal estratégia expunha, para além de uma atuação eminentemente política, traços de uma germinal proletarização destes trabalhadores, posto que as suas principais reclamações, quando analisados os processos trabalhistas da época, incidiam

²⁵ Não somente o “patriarca” Quintino, mas os Facci tornaram-se uma poderosa família em Ribeirão Preto e região depois da década de 1950. De acordo com pequeno excerto de reportagem da “Folha de São Paulo” em 2003: “Os Facci são uma das famílias mais conhecidas de Ribeirão Preto. Dona de negócios no setor imobiliário e de fazendas [...]. O patriarca cede seu nome a dois bairros da cidade, que teve parte erguida sobre antigos imóveis da família, descendente de italianos”. In: ABREU, Allan. Fazendeiro patriarca crê que filho encomendou morte de outro. *Folha de São Paulo*, Ribeirão Preto (Cotidiano), 23 jan. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u67510.shtml>. Acesso em: 25 mai. 2020.

²⁶ COSTA, Luiz Flávio C. Prática política no campo... op. cit., p. 94.

²⁷ SILVA, Iliane Jesuína da. *Análise da evolução das relações de trabalho na região de Ribeirão Preto de 1945 a 1985*. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, p. 59.

sobre diferenças salariais (69% dos casos), férias (65%), descanso semanal remunerado (25%), aviso prévio (16%) e horas extras (15%).²⁸

Tão logo soube do movimento grevista, Quintino Facci comunicou-o às autoridades repressivas. Prontamente, a Polícia atendeu seu reclamo, pois, de acordo com o jornal “Diário da Manhã”, “compareceram àquela propriedade agrícola, às 7 horas da manhã, investigadores policiais. Os trabalhadores, em número de 40 mais ou menos, foram colocados em um caminhão do fazendeiro, e conduzidos à delegacia Regional de Polícia”.²⁹

O emprego de tais recursos coercitivos não era incomum: a chegada maciça de imigrantes à região, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, amedrontou os setores agrários dominantes, que temiam o “caráter ativo” do elemento alienígena e sentiam a necessidade de maior controle sobre a força de trabalho. Ao lado da limitação de quaisquer formas reivindicatórias de organização trabalhista, vinha à reboque o uso das forças policiais, sempre que necessário.³⁰

Os dias que se seguiram à ação inicial dos investigadores policiais na fazenda – e que resultaram, posteriormente, nas prisões de um grupo de trabalhadores e do presidente do sindicato – foram marcados pela publicação de várias matérias nos principais órgãos da imprensa de Ribeirão Preto (caso dos jornais “Diário da Manhã” e “A Tarde”).

Enquanto “aparelhos privados de hegemonia”³¹, os jornais interioranos transformaram-se gradativamente, ao longo da primeira metade do século XX, em empresas de publicidade e propaganda; contudo – e ao mesmo tempo –,

²⁸ SILVA, Iliane Jesuína da. *Análise da evolução...* op. cit., p. 72.

²⁹ TRABALHADORES AGRÍCOLAS EM GREVE. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 24 mar. 1955.

³⁰ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida...* op. cit., p. 84.

³¹ Para Virgínia Fontes, os APH's (igrejas, sindicatos, escolas, partidos, imprensa) são a “vertebração” da sociedade civil, constituindo-se como associatividade voluntária sob distintos formatos. Embora tais aparelhos busquem revestir-se com uma aparente imparcialidade, apresentando-se enquanto expressões da “unidade nacional”, ou ainda como porta-vozes de uma neutralidade inexistente, são, na verdade, “formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural”. In: FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, p. 134.

mantiveram-se como veículos de comunicação preferenciais (ao lado, à época, das rádios) por onde bravatas, intrigas, polêmicas e supostas disputas eram travadas. Não poucas vezes, combinavam-se com as instituições representativas do Estado restrito (delegacias de polícia, poder judiciário) no sentido de prestar auxílios aos grupos dominantes constituídos, desmobilizando, assim, as reivindicações de trabalhadores urbanos e/ou rurais.

Voltemos aos desdobramentos da greve. Em 26 de março, trabalhadores ligados à paralisação, acompanhados por Ciavatta, procuraram a redação do “Diário da Manhã”. Ali, afirmaram que depois dos entendimentos parciais acordados na Divisão Regional do Trabalho e após solicitações do próprio Quintino Facci, decidiram retornar ao expediente laboral. No entanto, segundo os reclamantes, o latifundiário “despediu sumariamente cinco dos trabalhadores que haviam retornado aos serviços: [...] José de Oliveira, Altino Ribeiro, José da Silva Amaral, Horival Silva e José Flora Felisberto da Silva”.³² Além de ter demitido os (supostos) líderes da greve, Quintino Facci, “de acordo com um trabalhador, aprisionou outros participantes ‘como se fossem escravos’ na fazenda”³³; também “interrogou e constrangeu dentro das dependências da delegacia os trabalhadores levados presos, com ameaças”.³⁴

Em entrevista, Nazareno Ciavatta relatou que os trabalhadores, indignados e em situação de penúria, teriam exigido o imediato acesso à Justiça. Ocorre que a decisão gerou uma reação dos grandes proprietários (aliançados com Facci), seguida de repressões e prisões:

Depois disso o fazendeiro dispensou os líderes, cinco ou seis. Eles vieram para o sindicato e passavam fome. Havia uma audiência marcada para a semana seguinte, mas eles quiseram ir imediatamente à Justiça. Os fazendeiros já estavam lá e a polícia prendeu um dos camponeses que estava conosco. Eu resisti mas o delegado não quis saber de história. Houve uma discussão entre

³² AINDA A GREVE DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 26 mar. 1955.

³³ WELCH, Clifford. *A semente foi plantada...* op. cit., p. 271.

³⁴ VALENTIN, Danilo et al. As lutas sociais dos canavieiros no interior de São Paulo entre as décadas de 1940 e 1980: assassinato e impunidade. *Retratos de assentamentos*, v. 18, n. 2, 2016, p. 72.

mim e o delegado e começaram os pontapés. Foi um tumulto. Mas nós conseguimos entrar no Departamento do Trabalho. Os soldados ficaram do lado de fora, mas logo vieram reforços. O dr. Tavella, advogado do sindicato, veio para nos defender. Fomos presos, uns 25 homens, mas apenas eu e o Luís Anaconde [Anaconi], o líder deles, ficamos na cadeia.³⁵

Pela narrativa do ex-líder sindical, o grau de violência foi intenso. Em conluio com “fazendeiros” (dentre eles, Quintino Facci), as autoridades policiais – comandadas, naquele momento, pelo delegado Wilson José Minervino – e a soldadesca foram acionadas para garantir a “ordem”. Naquele 26 de março, os jornais ribeirão-pretanos repercutiram a prisão de Nazareno Ciavatta, acusado de estar “provocando agitação comunista na fazenda ‘São Sebastião do Alto’, sendo que o mesmo provocou a paralização do trabalho em referida fazenda”.³⁶ O líder sindical permaneceu preso por cerca de dois meses.

Quase simultaneamente, a imprensa local, na condição de veículo ideológico de expressão dos interesses das classes dominantes, procurou dar certa primazia à “versão” do latifundiário. Em 27 de março, o “Diário da Manhã” publicou uma matéria na qual Facci prestava declarações ao público leitor a respeito dos recentes episódios:

Consoante tivemos oportunidade de divulgar, os trabalhadores agrícolas da Fazenda “São Sebastião do Alto”, de propriedade do sr. Quintino Facci, realizaram um movimento grevista reivindicatório. Esses trabalhadores reclamavam, então pagamentos de salário mínimo e das horas extras de serviços, bem como das folgas remuneradas e dos feriados. [...] *Ontem à noite, numerosos trabalhadores agrícolas daquela fazenda visitaram-nos novamente, acompanhados do sr. Quintino Facci, havendo entre eles diversos dos que aqui estiveram na primeira visita.* Desta vez, com o apoio dos trabalhadores em questão, o sr. Quintino Facci esclareceu a situação, declarando-nos que em sua fazenda existem mais de 400 trabalhadores e que até hoje nenhuma reclamação foi registrada, quer pelo Departamento do Trabalho, quer pela Justiça local, *a não ser esta que, segundo afirmou, foi provocada por*

³⁵ COSTA, Luiz Flávio C. Prática política no campo... op. cit., p. 95.

³⁶ FOI NEGADO ‘HABEAS CORPUS’ AO AGITADOR COMUNISTA NAZARENO CIAVATTA. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 31 mar. 1955.

*elemento estranho que se infiltrou na fazenda, levantando os seus humildes trabalhadores menos avisados, encaminhando-os aquele movimento reivindicatório, que veio perturbar o socego na fazenda.*³⁷

Tornava-se necessária a construção de uma narrativa capaz de produzir o efeito contrário ao “diz-que-me-diz” cotidiano. Além da (desconfiável) “espontaneidade” na decisão dos trabalhadores de apoiarem-no e da “módica” adesão à paralisação (algumas dezenas de grevistas *versus* centenas de trabalhadores da fazenda), a afirmação de Facci – segundo a qual haveria “ausência de reclamações” registradas pelo “Departamento de Trabalho” e pela “Justiça local” – portava o objetivo de apontar (desqualificando) o “inimigo público nº 1” do caso: tratar-se-ia de um “elemento infiltrado” a tomar de assalto os “seus humildes trabalhadores” e “perturbar o socego na fazenda”.

Com vistas a criar uma “opinião pública” favorável, Quintino adotou estratégia semelhante ao visitar a redação do jornal “A Tarde”, também no dia 27 de março. Aqui, porém, a narrativa adquiria um tom mais agressivo, persecutório e direto:

Esteve na redação de *A Tarde*, o sr. Quintino Facci, proprietário da Fazenda São Sebastião do Alto, acompanhado de cerca de 50 *empregados seus* e que vieram a fim de declarar que não se envolveram no movimento de sábado, naquela propriedade agrícola, *quando elementos extremistas, sob o mando de Nazareno Schiavata [sic]*, pretenderam paralizar os trabalhos e tomar atitude violenta. Na ocasião, o sr. Quintino Facci exibiu-nos recibos de mais de 120 mil cruzeiros de pagamentos a hospital local, de tratamento em dois anos de seus auxiliares agrícolas, aos quais prestaram toda a assistência.

Tudo foi motivado por uma carta escrita, em papel do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas [sic], mandando os rurícolas entrar em greve para forçar o pagamento do salário mínimo. Na Divisão do Trabalho, onde todos se reuniram, inclusive o indigitado presidente do Sindicato, *houve um atrito* entre o mesmo e um guarda civil, que ficou ferido, o que originou a intervenção da Delegacia Regional de

³⁷ A GREVE DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DA FAZENDA ‘SÃO SEBASTIÃO DO ALTO’. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 27 mar. 1955, grifos nossos.

Polícia, sendo detidos *vários elementos suspeitos de pregarem ideias extremistas* e autuados em flagrante.³⁸

Os “elementos”, agora, eram “extremistas”. Tinham nome, sobrenome e endereço: “Nazareno Schiavata” e o “Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas”. Teriam sido eles que “pretenderam paralisar os trabalhos e tomar atitude violenta”, ao mandarem “os rurícolas entrar em greve para forçar o pagamento do salário mínimo”, terminando presos por serem “suspeitos de pregarem ideias extremistas” (leia-se: “comunistas”). A elevação do tom guardava relações estreitas com as efervescências das lutas de classes ocorridas no período.

O temor diante do “perigo vermelho” apresentou gradações mais incisivas após 1945.³⁹ As lutas de exércitos camponeses na China e os levantes rurais na Indonésia, Indochina e Índia ascendiam como componentes ilustrativos da “agitação comunista”, ao lado de reconfigurações político-econômicas endógenas:

Na sua origem, com Vargas, a questão agrária constituíra-se em torno da ideia de desenvolvimento, que nucleava a busca da autonomia econômica, a produção de divisas, o financiamento da industrialização e a superação de uma condição de atraso prevalecente no campo. Ora, a participação brasileira na II Guerra Mundial, bem como nas conferências internacionais seguintes, politizará profundamente a questão do desenvolvimento econômico dos países ditos atrasados. Assim, a resolução da questão agrária assumirá ares de enfrentamento entre o Ocidente e o Oriente, entre projetos de desenvolvimento liberais e projetos considerados socialistas.⁴⁰

³⁸ ELEMENTOS EXTREMISTAS PREJUDICAM A LAVOURA. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 28 mar. 1955, grifos nossos.

³⁹ De acordo com Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, “se a Assembleia Nacional Constituinte procurava, em 1946, sob a desculpa de varrer o autoritarismo varguista, eliminar toda a legislação agrária do Estado Novo [...], foi, por outro lado, dócil à propaganda do Departamento Nacional de Informações. Órgão eivado de ideologia fascista, criava pânico na Assembleia informando que: ‘os comunistas tentam aliciar as massas camponesas, numa propaganda febril que alarma os fazendeiros. Dando o troco, o próprio DNI [Departamento Nacional de Informações] vem distribuindo no interior milhares de cartazes e cartões postais mostrando o ateísmo, o regime de trabalhos forçados e o totalitarismo que caracterizam o credo vermelho’”. In: O GLOBO, 1947 apud LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida...* op. cit., p. 131.

⁴⁰ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida...* op. cit., p. 138.

Sabe-se que, entre as décadas de 1940 e 1960, Quintino Facci e tantos outros grandes proprietários de terras no Brasil defrontavam-se com mobilizações e pressões de trabalhadores organizados por intermédio de partidos políticos (PCB e PTB) e até de setores da Igreja Católica. Além das denúncias de exploração e penúria sofridas pelos trabalhadores, reclamações acerca dos direitos laborais e pressões pró-reforma agrária ocupando espaços significativos nas páginas de jornais e em programas radiofônicos, um poderoso fator incomodava os segmentos proprietários: a sindicalização rural, regulamentada somente em 1962.⁴¹

Com o crescimento da sindicalização rural, novas condições de defesa das reivindicações laborais passaram a causar turbulências no campo, possibilitando aos trabalhadores a compreensão e a crítica das relações de produção com maior clareza. Contudo, se entre os dirigentes do PCB o problema central da sindicalização gravitava em torno do acalorado debate “reforma ou revolução” quanto ao modo de organização e luta da classe trabalhadora (lutar “junto com” a parcela rural representava um fato novo)⁴², para os latifundiários e o patronato agrícola a questão principal localizava-se no duplo movimento de combater e cooptar quaisquer avanços conquistados pelos trabalhadores rurais.⁴³

Em Ribeirão Preto, em meio às tensões da greve de 1955, Quintino Facci adotou (em adição aos já tradicionais métodos coercitivos) a estratégia de

⁴¹ MEDEIROS, Leonilde S. de. *História dos movimentos...* op. cit., p. 63.

⁴² Em 1954, ao mesmo tempo em que ratificava o discurso revolucionário (internacionalista) no “Manifesto de Agosto”, durante o “IV Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas” (setembro), o PCB fez um movimento de participar de ações sindicais e, paulatinamente, incorporar a via democrática e nacionalista (que determinaria os rumos do partido nos anos seguintes), permitindo-se estabelecer canais de diálogo com setores da burguesia industrial e das elites agrárias como parte da necessária experiência “democrático-burguesa” de transição ao “socialismo”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *História do Marxismo no Brasil*. Volume V. Campinas: Ed. Unicamp, 2002, p. 83.

⁴³ A ponto de os grandes proprietários de terras em diversas regiões dos estados de São Paulo e do Paraná terem procurado cooptar a bandeira da sindicalização rural (não sem contar com a “cooperação” de camponeses e colonos) como, por exemplo, na “marcha da produção” (1956), quando trabalhadores e patrões “uniram-se” contra a queda dos preços do café provocada por geadas e por “confiscos cambiais” do governo. In: WELCH, Clifford. *A semente foi plantada...* op. cit., p. 262-263.

apresentar-se como uma figura “benemerita” ante as “ameaças de mutilações” orquestradas pelos agentes da “infiltração estranha”, do “comunismo”:

[...] Prosseguindo com os esclarecimentos sempre diante de *seus trabalhadores* e com a confirmação destes, *disse mais o sr. Quintino Facci, que todos os anos, pelo Natal, leva da cidade, por sua conta, quantidade grande de brinquedos, para presentes aos filhos de seus trabalhadores agrícolas e que nenhum tem queixa a fazer de sua atuação como patrão* visto que ele mesmo administra os serviços da fazenda, *convivendo sempre em boa harmonia com os trabalhadores*, pelos quais tudo tem feito. Segundo suas informações, dos 400 trabalhadores, apenas 20 se manifestaram em greve, havendo entre eles alguns que foram coagidos à essa atitude extrema, *sob ameaças de mutilações pelos mais exaltados insuflados pela infiltração estranha*, mas que tudo está normalizado e esclarecido.⁴⁴

Facci tentava posicionar-se diante da “opinião pública” como um “distinto patrão”, um administrador norteado por bons princípios e ações filantrópicas. Segundo sua versão, os grevistas teriam sido, apenas, ludibriados por Ciavatta, considerado um “elemento estranho que se infiltrou na fazenda”, um “pregador de ideias extremistas”, com objetivos de perturbar o sossego e a produção – sob tal perspectiva, o líder sindical (mal, indigitado) aparecia como figura diametralmente oposta ao latifundiário (bom, filantropo). Paradoxalmente, a reincidência do emprego de pronomes possessivos pelos jornais (“empregados seus” / “seus trabalhadores”) escancarava as profundas marcas da herança escravocrata no Brasil.⁴⁵

Ao estigmatizarem Ciavatta e os trabalhadores grevistas como perturbadores do sossego e, principalmente, como atravancadores da produção

⁴⁴ A GREVE DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DA FAZENDA ‘SÃO SEBASTIÃO DO ALTO’. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 27 mar. 1955, grifos nossos.

⁴⁵ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010; CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 8, mar. 2008, p. 71-88.

nas lavouras, Quintino Facci e os jornais ribeirão-pretanos apresentavam-se, pois, como lídimos defensores de visões agrárias conservadoras:

[...] ao contrário das análises reformistas de esquerda, onde a propriedade e as relações de trabalho desempenhavam papel-chave, as visões conservadoras da questão agrária davam ênfase, e ainda o fazem, aos aspectos técnicos, visando despolitizar o problema e, na maioria das vezes, transferir para o próprio trabalhador rural o ônus da sua pobreza. Assim, considerava-se que a mudança na estrutura fundiária não era fundamental ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e conseqüentemente a reforma agrária tornava-se supérflua; mais do que distribuição ampla de terras, era necessário aumentar a produtividade agrícola pela modernização tecnológica e reorganização da produção em grandes cooperativas capitalistas ou simplesmente em grandes empresas.⁴⁶

Todavia, os traços idílicos do “bom Quintino”, construídos pelo latifundiário via imprensa, podem ser contrastados pela versão de Nazareno Ciavatta sobre os eventos transcorridos. Segundo Ciavatta, foram os próprios trabalhadores que procuraram o sindicato para a organização da greve. Tal versão pode ser respaldada pelos depoimentos dos trabalhadores José Benedito Pilar – segundo o qual “não foi o acusado que instigou a greve que se verificou na fazenda de Quintino Facci, mas foram os próprios trabalhadores daquele imóvel que fizeram um protesto contra o baixo salário ali pago”⁴⁷ – e Sebastião Lopes – o qual “ouviu dizer que não foi o acusado quem instigou os grevistas, mas sim foram os próprios trabalhadores que entraram em greve pedindo aumento de salário”.⁴⁸ Os trabalhadores optaram pelo recurso da greve pois os diálogos com o fazendeiro, diante de suas posturas coercitivas, eram improdutivos (e até mesmo perigosos).

Em nova investida contra Quintino Facci, ocorrida em outubro de 1956, um trabalhador da fazenda “São Sebastião do Alto” enviou uma carta ao jornal “Terra Livre”, expondo as possíveis situações calamitosas enfrentadas pelos rurícolas

⁴⁶ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida...* op. cit., p. 143.

⁴⁷ PROCESSO-CRIME CONTRA NAZARENO CHIAVATTA. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP). Caixa 22-A, 1955, p. 85.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 86.

naquela propriedade, dilatadas após a malfadada greve do ano anterior. O cenário descrito pelo trabalhador constituía um claro contraste em relação às versões pregadas por Quintino Facci nos jornais alinhados às classes dominantes:

Eu vou fazer esta carta para levar ao conhecimento do público o que se passa aqui na fazenda S. Sebastião do Alto, de propriedade do latifundiário Quintino Facci. É uma vida penosa a dos trabalhadores do campo. Eu trabalho há 13 anos nesta fazenda. Nunca recebi salário mínimo, nem hora extra, nem férias. Dois anos aqui, eu fui meeiro. No primeiro ano fui mais ou menos. No segundo, eu e meus companheiros precisamos ir à greve e nessa greve teve uma grande unidade entre os companheiros, mas foram despedidos quase todos. Eu fui machucado no peito – o que me ofendeu o pulmão – e não tive a menor assistência da fazenda. Tenho uma filha com 16 anos, que era empregada na fazenda, e por motivo da greve ela foi também despedida do serviço doméstico, pelo sr. Facci, sem nenhuma indenização. E se não fosse meu filho, com 19 anos, eu estava passando muito mal de situação. No mesmo dia que surgiu a greve eu quis me retirar da fazenda, mas o patrão não permitiu e não fez melhora alguma. A vida aqui está penosa. As famílias estão sendo tratadas como escravos, sem médico, sem a menor assistência aos trabalhadores. Pagamos de luz, para iluminar duas horas por noite, 30 cruzeiros. O nosso ordenado por dia é de 50 cruzeiros. Somos obrigados a trabalhar 12 horas por dia. Não temos direito nem de fazer diversão. É proibido fazer baile na fazenda. Nós tínhamos um campo de futebol para nos divertir e o patrão fez acabar, dizendo que na fazenda dele não é lugar de divertir e nem de jogar bola, que quem quisesse jogar bola que fosse jogar no mato. Ass.: Silva Oliveira.⁴⁹

Não sabemos exatamente quem era “Silva Oliveira”. Talvez se referisse ao funcionário da fazenda de nome José de Oliveira que, na queixa apresentada por Quintino Facci à Delegacia de Polícia em março de 1955, aparecia como o principal suspeito de “aterrorizar” o latifundiário com “ameaças”.⁵⁰

Contrariando as imagens de “homem de bem” e “agente filantrópico” atribuídas a Facci, assim como o seu alegado cumprimento de práticas hospitalares e assistenciais, Oliveira expunha a “vida penosa”, a falta de qualquer assistência e a expropriação da riqueza social produzida pelos trabalhadores; ações truculentas,

⁴⁹ QUINTINO FACCI PROIBIU ATÉ FUTEBOL EM SUA FAZENDA. *Terra Livre*, n. 73, 1^a quinzena de out. de 1956, grifos nossos.

⁵⁰ GARCIA, Maria Angélica M. *Nazareno Ciavatta...* op. cit., p. 49.

como violência física e demissões de empregados; condições de trabalho assemelhadas à escravização; repressão e proibição aos hábitos de lazer e sociabilidade enraizados nas experiências das classes trabalhadoras, como o futebol. Longe de ser um problema “local”, a denúncia expunha as marcas de um país que se “modernizava” às custas da permanência de estruturas de poder arcaizantes⁵¹ – embora revelasse, também, o quanto tais estruturas começavam a sofrer duras críticas e formas de combate.

Se a greve dos trabalhadores da fazenda “São Sebastião do Alto” em 1955 estava longe de encerrar a história de resistências e lutas sociais dos trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto, representou, de certo modo, um episódio de crise político-ideológica entre o PCB e o STACARP, através de seu presidente, Nazareno Ciavatta. Um processo-crime movido contra Ciavatta por promover “agitações” entre os trabalhadores foi concluído apenas em 1958, com a absolvição do réu. Antes de ser inocentado, ele teve sua liderança à frente do sindicato findada em outubro de 1957, por conta do encerramento de seu mandato presidencial.

Contudo, logo após a expiração do mandato de Ciavatta, a direção do PCB decidiu expulsá-lo das fileiras partidárias. Em parte, tal cisão constituía um impasse vivido no interior do próprio PCB entre as décadas de 1950 e 60 em torno de sua linha programática (anti-imperialismo, reforma agrária, revolução social), e, em parte, correspondia ao modo como determinadas lideranças sindicais enxergavam a luta dos/com os trabalhadores, no sentido de orientarem a categoria a respeito dos seus direitos e defende-la dos abusos dos patrões.⁵² Ciavatta – e, por extensão, o STACARP – não seguia as posições estabelecidas pelas lideranças do partido. Ou, em suas próprias palavras:

Os trabalhadores queriam as leis trabalhistas. Os sindicatos foram fundados para implantar as leis trabalhistas para o homem do campo, e isso era um compromisso nosso com eles. Mas o Partido, não sei se todo ou em parte, não entendeu ou não quis entender

⁵¹ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁵² BAGATIM, Alessandra. *Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional*. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, p. 101-102.

dessa forma. Eles queriam que eu levasse ao homem do campo o seu material que pregava a derrubada do governo.⁵³

Mostrando-se favorável à proteção dos interesses imediatos da classe trabalhadora, como a defesa de jornada digna de trabalho, salário mínimo, férias, indenizações, entre outros benefícios, ele evitava incorporar a via da radicalização política encarnada nos temas da reforma agrária e da derrubada do governo.⁵⁴ Apartado de sua curta (e movimentada) trajetória sindical após 1959, Ciavatta assumiu um cargo como fiscal de turmas no Serviço de Conservação de Estradas da Prefeitura de Ribeirão Preto, onde permaneceu até a aposentadoria. O ex-líder sindical veio a falecer em 1993.⁵⁵

Considerações Finais

O caso da greve promovida pelos trabalhadores da Fazenda São Sebastião do Alto, em 1955, pôde ser compreendido a partir de mobilizações teórico-conceituais e metodológicas atinentes às convergências entre frações da sociedade política (materializados nas instituições repressivas a serviço do Estado restrito) e segmentos da sociedade civil (não apenas na corporificação latifundiária ribeirão-pretana, mas também na atuação de “aparelhos privados de hegemonia” – em especial, veículos da imprensa cidadina –, responsáveis pela criação, junto ao público de leitores, de consensos relacionados à “justeza” e aos “brios laboriosos” das classes dominantes locais, diametralmente opostos à “rudeza” e à “perfidia” dos trabalhadores rurais, apresentados como deletérios e prejudicadores das atividades no campo, supostamente tocados por um “espectro” que rondava Ribeirão Preto...

Em sentido oposto (e a partir das experiências entabuladas pelos trabalhadores do campo), também foi possível compreender algumas das múltiplas estratégias de lutas encabeçadas por frações da classe dominada, desde a

⁵³ GARCIA, Maria Angélica M. *Nazareno Ciavatta...* op. cit., p. 75-76.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 31.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 80-82.

organização de movimentos grevistas por intermédio de enlaçamentos sindicais, passando pelas tentativas de acesso direto à Justiça burguesa, culminando com denúncias endereçadas não apenas aos jornais locais, mas também a outros veículos de imprensa (como o já citado jornal “Terra Livre”).

Quanto aos movimentos sociais de trabalhadores rurais (e urbanos), em virtude de mudanças significativas em suas formas de organização, resistências e lutas, a contar dos anos 1950 e 1960, passariam a sofrer maiores ataques por meio da combinação de estratégias coercitivas (com o peso das autoridades policiais e judiciárias na criminalização de indivíduos, partidos e sindicatos de oposição) e consensuais (tentativas de manipulação discursiva pela imprensa dominante – jornais, rádios, revistas – e estratégias dissuasivas de entidades representativas das classes patronais agrícola e empresarial). Tais estratégias enfeixavam o objetivo de consolidar historicamente a “revolução burguesa”, fosse contendo os avanços e conquistas (ainda que parciais) das classes trabalhadoras; fosse garantindo a realização da agenda “modernizadora” do capital; fosse ainda colocando em cena, sempre que se fizessem necessárias, as forças conservadoras e reacionárias (contrarrevolução).⁵⁶

As tensões políticas existentes no campo espelhavam, portanto, o acúmulo de outras tensões – como as trabalhistas –, em contraste com os desmandos e as injustiças ainda vigentes em um período de transformações. Para Linhares e Silva, “a desesperança e a conformidade do homem do campo cediam espaço, aos poucos é verdade, a uma atitude mais ativa e exigente, em especial após a divulgação da CLT e da propaganda varguista sobre o homem do campo”.⁵⁷

Assim, marcadas por situações de expropriação, violência e miséria, as relações laborais e o cotidiano dos trabalhadores rurais no Brasil, e, em particular, na região de Ribeirão Preto, revelavam as características histórico-estruturais de um capitalismo dependente e periférico em um país que atravessava

⁵⁶ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁵⁷ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida...* op. cit., p. 160.

transformações de naturezas social, política, econômica e cultural em meio ao aprofundamento de contradições, tensões e lutas de classes – cujo desfecho fatídico viria com o golpe civil-militar de 1964.

Referências bibliográficas

A GREVE DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DA FAZENDA 'SÃO SEBASTIÃO DO ALTO'. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 27 mar. 1955.

ABREU, Allan. Fazendeiro patriarca crê que filho encomendou morte de outro. *Folha de São Paulo*, Ribeirão Preto (Cotidiano), 23 jan. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u67510.shtml>. Acesso em: 25 maio 2020.

AINDA A GREVE DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 26 mar. 1955.

BAGATIM, Alessandra. *Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional*. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BRASIL. *Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 01 jul. 2022.

CARDOSO, Adalberto. **Escravidão e sociabilidade capitalista**: um ensaio sobre inércia social. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 8, mar. 2008.

CARONE, Edgar. *A República velha*. São Paulo: Difel, 1973.

COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo*: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

COSTA, Luiz Flávio C. Prática política no campo: uma experiência da militância comunista (entrevista com Nazareno Ciavatta). *Estudos, Sociedade e Agricultura*, v. 5, 1995.

ELEMENTOS EXTREMISTAS PREJUDICAM A LAVOURA. *A Tarde*, Ribeirão Preto, 28 mar. 1955.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FOI NEGADO 'HABEAS CORPUS' AO AGITADOR COMUNISTA NAZARENO CIAVATTA. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 31 mar. 1955.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GARCIA, Maria Angélica M. *Nazareno Ciavatta*: uma liderança no sindicalismo rural. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IANNI, Octávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo*: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. *Revista Novos Rumos*, ano 21, n. 46, 2006.

LIMA, Airton Souza de. *Vítimas do ódio*: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista (1945-1958). Marília, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida*: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

MEDEIROS, Leonilde S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945). *História econômica & história de empresas*, v. 16, n. 1, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e políticas agrícolas na historiografia brasileira (1930-1964). In: *Simpósio nacional de história [ANPUH]*, Natal, 2013, p. 4. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363459588_ARQUIVO_trabalho_SONIAMENDONCA_ST118.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. ***Crítica à razão dualista; o ornitorrinco***. São Paulo: Boitempo, 2013.

PROCESSO-CRIME CONTRA NAZARENO CHIAVATTA. **Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto** (APHRP). Caixa 22-A, 1955.

QUINTINO FACCI PROIBIU ATÉ FUTEBOL EM SUA FAZENDA. **Terra Livre**, n. 73, 1ª quinzena de out. de 1956.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) **História do Marxismo no Brasil**. Volume V. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

SANTOS, Ana Maria dos. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil (1950-1964). **Revista Tempo**, v. 7, 1999.

SILVA, Iliane Jesuína da. **Análise da evolução das relações de trabalho na região de Ribeirão Preto de 1945 a 1985**. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

TRABALHADORES AGRÍCOLAS EM GREVE. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 24 mar. 1955.

VALENTIN, Danilo et al. As lutas sociais dos canavieiros no interior de São Paulo entre as décadas de 1940 e 1980: assassinato e impunidade. **Retratos de assentamentos**, v. 18, n. 2, 2016

WELCH, Clifford. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas e resistências**. Londrina, v. 1, 2006.

WELCH, Clifford. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Recebido em 12 de junho de 2023
Aprovado em 09 de agosto de 2023